



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS**

### **ATA N.º 4/2019**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, nos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

### **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Apreciação do Relatório e Contas Consolidado do Município de Valpaços, do período de 2018;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do regulamento de venda de lotes de terreno na zona industrial de Carrazedo de Montenegro;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do processo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais,**
  - 4.1 - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Educação;**
  - 4.2 - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Saúde;**
  - 4.3 - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – Área setorial – Transporte em vias navegáveis interiores;**
  - 4.4 - Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Área setorial – Áreas portuárias.**

## **Composição da Mesa**

**Presidente:** Sr. António Sernache de Sousa;

**Primeiro Secretário:** Prof.<sup>a</sup> Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

**Segundo Secretário:** Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 41 (quarenta e um) e a ausência de 10 (dez), a saber:

## **Membros Eleitos**

Alípio José dos Santos Barreira, Domingos Filipe Miranda Pinto, Maria Julieta Teixeira Lino, Bruno Jorge Fontoura Guedes e Paulo Jorge Pereira de Jesus.

## **Presidentes de Junta**

Diogo Tiago Cardoso Alves, Francisco Manuel Moreiras Machado, Hernâni Teixeira de Sousa, Manuel António Alves Esteves e Nuno Miguel Castro de Freitas.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezanove, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Por não haver inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

## **Correspondência recebida**

Solicitaram a relevação da falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezanove, os seguintes Deputados Municipais:

Alípio José dos Santos Barreira;

Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Rosa Maria do Nascimento Fernades.

## **Presidentes de Junta**

Francisco Manuel Moreira Machado.

Foi recebido um convite da Associação de Solidariedade Social S. Pedro de Sanfins, para uma festa em honra de S. Pedro a realizar na instituição no próximo dia 28 de junho.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Professora Rosa Maria do Nascimento Fernandes**

A Senhora Deputada Rosa Maria Fernandes, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

A Senhora Deputada começou por saudar o trabalho do executivo municipal em vários domínios de atuação. Realçou, aquando da realização da Feira Nacional do Azeite, a atribuição de bolsas de estudo para alunos do concelho que frequentam o ensino superior valorizando os recursos humanos do Concelho de Valpaços.

Em seguida, deu nota da importância do projeto Férias em Grande, destinado aos mais novos que irá decorrer no período das férias de verão.

Realçou também a aposta nos espaços verdes e na requalificação dos nossos rios e praias fluviais.

Por fim, fruto do esforço da autarquia, destacou a qualidade de vida que hoje os Valpacenses podem usufruir.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Paulo Ribeiro.**

O Senhor Deputado Paulo Ribeiro, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Deputado lembrou a realização de 2.ª Edição da Feira Nacional do Azeite – OliValpaços 2019, que decorreu entre 31 de maio e 2 de junho, em Valpaços, realçando a importância do evento para promoção e divulgação do azeite. Lamentou o pouco destaque que o evento mereceu, nomeadamente, ao nível televisivo.

Lembrou, ainda que este evento serve também para dar a conhecer outros produtos de excelência, como o vinho, a castanha, a cereja e outros.

Em seguida, criticou o sucessivo abandono do interior por parte da administração central, mostrando-se expectante relativamente às medidas a implementar constantes no Programa Nacional de Coesão Territorial.

Por último destacou o apoio que o Senhor Presidente da Câmara tem disponibilizado à cultura do Azeite e ao setor primário em geral como medida de luta contra o despovoamento da região.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, **Senhor Professor Saúl Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta de Sonim e Barreiros, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Presidente da Junta questionou Senhor Presidente da Câmara relativamente a um requerimento de prospeção e pesquisa de depósitos minerais como o lítio, estanho, ouro, prata, chumbo e outros, que deu entrada na Direção Geral de Energia e Geologia e que engloba os concelhos de Chaves, Valpaços e Mirandela e está a causar algum alarmismo junto das populações.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Gonçalves.**

A Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalves, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Em seguida solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que, sempre que seja possível, agende as reuniões desta Assembleia junto ao fim de semana. Argumentado que embora tenha consciência do compromisso que aceitou quando foi eleita e a responsabilidade que isso acarreta e também na persecução desse compromisso e porque profissionalmente também tem as suas responsabilidades, deixa então o pedido para que sempre que as circunstâncias o permitam as sessões da Assembleia sejam à segunda-feira ou à sexta-feira.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Manuel Machado**

O Senhor Deputado Manuel Machado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Deputado mostrou preocupação com a organização interna dos CTT que acarreta frequentemente a atrasos e extravios de correspondência, solicitou, assim, intervenção do Senhor Presidente da Câmara para a resolução do problema.

Por último, na qualidade de funcionário aposentado do Município, felicitou, em nome de todos os funcionários aposentados, o Senhor Presidente da Câmara pelo convite e pela organização do convívio de S. João.

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhor Engenheiro Luís Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Presidente da Junta, lembrou a realização da prova a contar para o campeonato mundial de enduro que decorreu em Valpaços entre os dias 3 e 5 de maio, que foi do agrado do público, e dos pilotos. Considera que este evento contribuiu para divulgar e enaltecer o Concelho na vertente desportiva, paisagística, gastronómica e outras.

Em seguida, pegando no assunto já abordado pelo Senhor Professor Saúl Pessoa, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que faça um ponto da situação no que respeita a prospeção dos depósitos minerais que tanto preocupa as populações.

Por último, deixou uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora com o pelouro da Educação, Cultura e Desporto, pela realização de mais uma edição do programa “Férias em Grande” na vila de Vilarandelo.

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Presidente da Junta informou que foi inaugurado, no passado dia 8 de junho, o Parque de Estacionamento e Lazer em Carrazedo de Montenegro, obra há muito esperada pela população. Enalteceu a qualidade do projeto e a funcionalidade da obra, deixando uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara e aos técnicos envolvidos no projeto.

Por último, deu nota da concessão do “Expresso” para Lisboa e Porto por parte da empresa Auto Viação do Tâmega, deixando assim, a Vila de Carrazedo sem transporte para aquelas cidades, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que interceda no sentido de procurar inverter a situação.

**Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Faria Pessoa.**

O Senhor Deputado Fernando Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Deputado manifestou o seu agrado com o sucesso da II Edição da Feira “OliValpaços 2019”, porém notou a falta de público no evento, deixando a sugestão para que se realizem mais campanhas de divulgação nas cidades e vilas dos concelhos vizinhos.

Deixou uma palavra de apreço à Câmara Municipal de Valpaços e ao “Clube TT de Vilarandelo - Usprigozus”, pela excelente organização da prova de enduro que muito contribuiu para a promoção e divulgação do Concelho.

**Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Manuel Coelho Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Deputado, referindo-se à Feira Nacional de Olivicultura “OliValpaços 2019”, manifestou o seu agrado com os discursos do Senhor Presidente da Direção da Cooperativa de Olivicultores, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Diretora Regional da Agricultura; Primeiro, o Senhor Presidente da Direção da Cooperativa de Olivicultores, como lhe competia, defendeu o setor primário, nomeadamente a cultura do azeite;

Seguidamente, com a força e determinação que o caracteriza, o Senhor Presidente da Câmara, pugnou por um setor primário mais forte e competitivo, aproveitando para enaltecer o projeto do reservatório de água de Maceiras;

Por fim, a Senhora Diretora Regional da Agricultura, mostrou anuência e até algum entusiasmo na concretização do projeto do reservatório. Assim, parece que as entidades responsáveis com competência para a materialização do projeto estão motivadas e mobilizadas para que a referida obra seja uma realidade.

Mais, considera que o projeto de Maceiras e a construção do novo hospital são duas obras estruturantes e que vão marcar o concelho e o legado do Senhor Presidente da Câmara nas próximas décadas.

Concordou com a Senhora Doutora Ema sobre a conveniência de “*encostar*” as reuniões da Assembleia aos fins de semana ou aos feriados, referindo ainda, que não se lembra, excetuado esta sessão, doutra que não se realizasse junto a um fim de semana ou a um feriado. Assim, alguma razão haverá.

**Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Valpaços, Senhor António Sernache de Sousa.**

Em resposta à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalves e ao Senhor Deputado Vítor Nogaró, o Senhor Presidente da Assembleia manifestou compreensão e anuência em realizar as sessões junto aos feriados e fins-de-semana, acrescentando que inicialmente esta reunião estava prevista para o dia 28 sexta-feira, por motivos que o Senhor Presidente da Câmara explicará, foi agendada para este dia 26. Mais, garantiu que em articulação com o Senhor Presidente da Câmara, tudo será feito para agendar as sessões da Assembleia Municipal para junto de feriados ou fins-de-semana.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Seguidamente, respondeu à questão do agendamento das reuniões da Assembleia, referindo que é sua preocupação solicitar o agendamento junto ao fim-de-semana, nomeadamente à sexta-feira. Porém, informou que na semana passada esteve ausente do país e por razões de agenda, não fora possível marcar a reunião para essa semana. Mais, no dia 28, data provável para a realização da reunião, estava já agendada uma viagem de idosos que frequentam o projeto “Afetos”, para a qual fora convidado juntamente com 13 presidentes de junta. No dia 27 o Senhor Presidente informou que por razões de agenda política também não podia estar presente. Assim, excecionalmente esta sessão ficou agendada para dia 26 quarta-feira.

**Resposta à Deputada Senhora Professora Rosa Maria do Nascimento Fernandes**

O Senhor Presidente da Câmara, e relativamente à atribuição de bolsas a alunos a frequentar o ensino superior, informou que quando assumiu as funções de Presidente da Câmara, eram asseguradas 20 bolsas no montante unitário de 250,00€, passados 5 anos o Município atribuiu 80

bolsas no montante unitário de 500,00€, assim, dada a importância da educação e da formação dos jovens do Concelho é sua intenção ajudar os mais necessitados a prosseguir os seus estudos. Relativamente à requalificação das praias fluviais, o Senhor Presidente da Câmara destacou o galardão atribuído pela “Quercus” à praia fluvial do Rabaçal com a distinção “praia qualidade ouro”, o que reflete a aposta do Município neste setor e reconhece a beleza natural da região.

#### **Resposta ao Deputado Senhor Paulo Ribeiro**

O Senhor Presidente da Câmara começou por agradecer as palavras elogiosas do Senhor Deputado Paulo Ribeiro, garantindo que vai estar sempre ao lado dos produtores e das respetivas associações e cooperativas no sentido de promover e divulgar os produtos da terra.

Considera que a realização da Feira Nacional de Olivicultura em Valpaços justifica-se pela importância que o produto tem na economia do Concelho e pela qualidade do azeite produzido. Porém, alerta para a comparação que não deve ser feita com a Feira de Folar, visto serem certames distintos com objetivos também diferentes.

Relativamente à divulgação da feira, o Senhor Presidente da câmara informou que foi realizado um vídeo promocional que passou em vários canais de televisão com custos suportados integralmente pela Câmara; foi publicitado o evento no multibanco em várias regiões; foi publicitado em vários jornais nacionais e locais.

Por último, assumiu o compromisso de apostar no setor da vinha já no próximo ano, à semelhança do que tem sido feito com a castanha, o azeite e o folar.

#### **Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, Senhor Professor Saúl Pessoa.**

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que relativamente à prospeção de minerais no Concelho, foi contactado no passado mês de março por elementos ligados à empresa australiana “Fortescue” - a maior empresa do mundo do setor de exploração de minerais, nomeadamente lítio – no sentido de realizar a prospeção no Concelho. Assim, tendo já aval do governo para realizar os respetivos trabalhos, as Câmaras Municipais encontram-se de mãos atadas para encetar qualquer diligência para travar essa prospeção. Porém, afirmou que está disposto a lutar junto da população porque considera evidentes os prejuízos que esta atividade acarreta para a região.

#### **Resposta à Deputada Senhora Doutora Ema Gonçalo**

O Senhor Presidente da Câmara respondeu no início da sua intervenção.



**Resposta ao Deputado Senhor Manuel Machado**

O Senhor Presidente da Câmara referiu desconhecer o problema com a entrega tardia e extravio de correspondência, prometendo que vai procurar perceber a razão do problema e tentar, na medida do possível, ajudar na sua resolução.

Em seguida, e relativamente ao convívio de S. João, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a organização do evento está a cargo da associação de trabalhadores do município, a quem pediu que fossem convidados todos os ex-funcionários que tanto deram ao Município.

**Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhor Engenheiro Luís Pessoa.**

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a prova de enduro a contar para o campeonato do mundo, foi um sucesso manifestando a vontade de contar com a prova anualmente a partir de 2021. Considera que a prova contribui para a promoção e divulgação do Concelho e das suas potencialidades. Aproveitou para agradecer aqueles que organizaram a prova, nomeadamente o Clube TT de Vilarandelo - Uzprigozus.

Relativamente ao programa “Férias em Grande”, deu nota que em Vilarandelo e Ervões o modelo a seguir será idêntico ao dos anos transatos. Em Carrazedo de Montenegro surgiu um problema com a associação que habitualmente organiza o projeto e que este ano se recusou a levar a efeito a iniciativa, porém, o Senhor Presidente da Câmara informou que o problema está ultrapassado e o programa vai ser cumprido conforme previsto.

**Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa.**

O Senhor Presidente Câmara referiu desconhecer a concessão das carreiras expresso por parte da Auto Viação do Tâmega a outra empresa. Considera de mau tom que o tenha feito sem assegurar as mesmas carreiras, até porque tem sido parceira do Município desde sempre.

Deixou a garantia que vai procurar aferir a ponto da situação junto dos responsáveis da Auto Viação do Tâmega e procurar assegurar a continuação dessas carreiras que tanta falta faz às gentes do concelho.

**Resposta ao Deputado Senhor Fernando Pessoa**

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões elencados pelo Senhor Deputado em anteriores intervenções.

### **Resposta ao Deputado Senhor Vítor Nogaró**

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Deputado e disse acreditar no discurso da Senhora Diretora Regional que muito tem elogiado o trabalho desenvolvido pelo Município de Valpaços, nomeadamente a forma como se tem batido pelo projeto do reservatório de Maceira. Alertou ainda, para os custos que o Município irá suportar com o referido projeto, que entre participações obrigatórias e outros custos com estudos e projetos será sempre superior a três milhões de euros.

Mais uma vez realçou a importância da água na sustentabilidade do setor primário do Concelho, além de outras oportunidades que o reservatório pode oferecer, nomeadamente ao nível do lazer e do apoio ao combate aos incêndios.

Por fim, deixou o convite para visitar as obras no novo hospital, durante o intervalo da reunião, lamentando, ainda, os sucessivos atrasos nos trabalhos. Deixou a garantia que o Hospital terá excelentes médicos e equipamentos de última geração.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 - Informação do Presidente da Câmara**

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que, de acordo com a lei e dando cumprimento à ordem de trabalhos, prestou informações à Assembleia Municipal sobre as atividades do Município.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao seu conhecimento uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 31 de maio de 2019.

### 1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 31 de maio de 2019 era de 2.100.358,05 euros, dos quais 9.912,40 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 2.090.445,65 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.007.690,22 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

### 2 – Responsabilidades perante terceiros

No final do mês de maio a dívida a fornecedores era de 61.187,66 euros, dos quais 9.976,01 euros a fornecedores de conta corrente e 51.211,65 euros a fornecedores de investimento.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 2.687.275,68 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL cujo capital em dívida à data era de 1.435.133,96 euros.

O prazo médio de pagamento no final do 1º trimestre de 2019 era de 3 dia.

### 3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2019, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 21.415.455,43 euros, e a capacidade de endividamento para o ano 2019 é de 7.173.916,52 euros.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia, o município recorreu recentemente a um empréstimo bancário no montante de até 1.522.505,69 euros, para fazer face à construção de 20 projetos de investimento, dois deles a realizar na cidade de Valpaços (junto ao hospital) e os demais em 14 freguesias do nosso concelho.

O recurso ao financiamento bancário retirará, naturalmente, capacidade de endividamento à câmara municipal.

Dos 20 projetos de investimento a financiar através do empréstimo bancário que foi outorgado com o banco BPI, um deles já foi adjudicado (Arruamentos na freguesia de Serapicos), 11 deles já foram lançados os procedimentos concursais, faltando os demais 8 concursos que serão lançados a muito curto prazo.

Espero que todos os procedimentos venham a ser adjudicados, porque temos vindo a constatar, provavelmente fruto de excesso de trabalho, que há concursos que ficam desertos, ou seja, ninguém concorre.

Queria aqui deixar um apelo aos empreiteiros, em especial aos do nosso concelho, que não temam o investimento e a empregabilidade, pois a câmara municipal tem e terá muitas obras para executar; todos queremos o crescimento do nosso concelho, e o crescimento só é possível com

um setor empresarial ativo, dinâmico e empreendedor, e a câmara municipal está, e continuará a estar, para ajudar os nossos empresários no seu desenvolvimento e crescimento sustentado.

#### 4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2019, previa um total de receitas e despesas de cerca de 15,9 milhões de euros.

Fruto da incorporação do saldo da gerência de 2018 e da receita legalmente consignada (projetos cofinanciados), passaram as dotações corrigidas para 18.809.043,40 euros.

Em maio, a receita cobrada bruta fixou-se nos 7.535.924,02 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 40,1%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 5.785.113,46 euros (taxa de execução de 40,80%) e a receita de capital em 855.474,15 euros (taxa de execução de 22,9%).

Ao nível das despesas, foram pagos 4.888.855,57 euros (taxa de execução de 38,71%) de despesas correntes e 1.670.568,19 euros (taxa de execução de 27,04%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 6.559.423,76 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 34,87%.

Os compromissos assumidos até ao final de maio para a gerência de 2019, importam em 13.460.402,11 euros, dois quais foram pagos 6.559.423,76 euros, estando assim por pagar 6.900.978,35 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos em maio importam em 1.753.069,35 euros, tendo sido pagos a importância de 707.105,79 euros, estando assim por pagar 1.045.963,56 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de maio de 2.017.474,03 euros, estando assim o PPI cabimentado em 53,06% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de maio era de 16,45%.

#### 5 – Equilíbrio orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no seu artigo 40º estabelece a regra do equilíbrio orçamental.

No equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de maio de 2019, o equilíbrio orçamental mostrava-se cumprido.

## 6 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (cerca de 2,9 milhões de euros) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, nos demais, há três onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR EM DISCUSSÃO	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2013	255/13.0BEMDL	261.561,38	Não	Juros de mora e faturas de saneamento - Águas Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	
2018	178/18.7BEMDL-B	0,00	Não	Providência cautelar – Suspensão dos trabalhos na escola do Pereiro

TOTAL	536.561,38
-------	------------

Dar nota que no âmbito do processo judicial n.º 391/13.3BEMDL, movido pela «Geogranitos», que reclamava juros de mora no âmbito da execução de empreitadas dos anos de 2005 e 2006, cujo valor dos juros reclamados cifravam-se em 244.388,83 euros; foi possível chegar a acordo, obrigando-se a Câmara Municipal a pagar 190.000 euros a título de juros de mora, em dez prestações mensais no valor de 19.000 euros/cada.

Até ao final do mês de maio, pagou o município 95.000 euros por conta desse acordo, estando por regularizar 95.000 euros (metade do valor).

## 7 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de maio, a câmara municipal deliberou apoios monetários às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante de 291.842,30 euros.

## 8 – Atividade empresarial local

Queria também dar nota do resultado das empresas participadas pelo município no período de 2018, designadamente:

Entidade	RAI	RLP
Atberg	672.802,00	532.015,00
Atilhó	211.629,00	166.719,00
Barroso	88.569,00	69.645,00
EHATB	2.522.305,00	1.646.369,00

Montenegro	3.602.358,00	2.728.757,00
Padrela	88.209,00	68.014,00
Alturas	1.863.595,00	1.463.904,00
Viade	61.097,00	40.346,00

A situação financeira das empresas está sã, nomeadamente aquela que é detida a 100% pelos municípios do Alto Tâmega, que é a EHATB.

## 9 – Obras em execução

Nome da Obra	Cabimento			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar
	N.º	Data	Valor			
Construção de campo de futebol em Fornos do Pinhal	2215	18/05/2018	86 920,00	Centelha Distinta, Lda.	66 484,26	20 435,74
Capela Mortuária no Pereiro	2445	08/06/2018	35 000,83	Carmino Carneiro Capelas, Lda.	6 928,58 €	28 072,25
Saneamento em Tinhela	388	15/01/2019	93 269,40	Delmar Rodrigues, Máquinas e escavações, Lda.	- €	93 269,40
Abastecimento de água em Rio Torto	485	21/01/2019	87 577,00	Custódio Pereira Areias Tender	28 819,32 €	58 757,68
Construção de percurso ciclável e pedonal na cidade de Valpaços	786	06/02/2019	427 454,21	Custódio Pereira Areias Tender	- €	427 454,21
Ampliação do cemitério em Argeriz	845	12/02/2019	116 332,35 €	Sonimconstroi-Construções, Lda	- €	116 332,35
Abastecimento de água em Santa Valha	778	06/02/2018	81 977,95	Granitos da Ginjeira, Lda	44 928,50 €	37 049,45
Abastecimento de água em Vassal	982	26/02/2019	64 954,00	NCX - Construção, Engenharia e Gestão, Lda	- €	64 954,00
Arranjos urbanísticos em Serapicos	1042	28/02/2019	21 790,42	Engilvalmendes - construção civil e soluções de engenharia	- €	21 790,42
Arruamentos na freguesia de Serapicos	1266	21/03/2019	49 823,39	Inertes do Mosteirão, Areias e Britaas, Lda	- €	49 823,39
Construção de um Depósito de Água em Cabanas	1391	02/04/2019	20 736,00	Conserval - Conservação de Estradas, Lda	- €	20 736,00
Construção de muro de suporte no cemitério de Ervões	1286	25/03/2019	18 376,16	0	- €	0,00
Reabilitação dos tanques de compensação das piscinas municipais de Valpaços	1761	02/05/2019	16 925,27	Eco firma - Gestão do Ambiente, S.A	- €	16 925,27
Requalificação do Pelourinho em Água Revés	1849	09/05/2019	19 122,14	Granitos da Ginjeira, Lda	- €	19 122,14
Ajardinamento de um Canteiro da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro	1968	16/05/2019	1 653,60	Domo Fun Grass portugal, Lda	- €	1 653,60
"Arruamentos em Vários Lugares do Concelho - (Carrizado de Montenegro)	1985	22/05/2019	46 619,65	Granitos da Ginjeira, Lda	- €	46 619,65
Saneamento em Redondelo	1878	10/05/2019	158 000,00	0	- €	0,00

Alargamento do Cemitério de Serapicos	2035	27/05/2019	30 642,48	0	- €	0,00
Construção de Deposito de água em Água Revés	2014	24/05/2019	30 965,95	Conservar - Conservação de Estradas, Lda	- €	30 965,95
Construção de Uma ETAR em Canaveses - Processo 12-DOM-19	2089	30/05/2019	43 842,31	0	- €	0,00

Temos vindo a lançar as obras que foram objeto de contratualização do empréstimo bancário:

Nome da obra	Estimativa do valor da obra c/ IVA	
Arruamentos na freguesia de Serapicos - (Serapicos, Corveira, Aveleda e Friande)	53 909,37 €	Em concurso
Arruamentos em Possacos	91.810,20 €	Em concurso
Arruamentos na freguesia de Lebução	84.198,28 €	A lançar brevemente
Arruamentos na freguesia de Sonim e Barreiros	103.966,96 €	Em concurso
Arruamentos na freguesia de Padrela e Tazém	43.688,38 €	Em concurso
Arruamentos em Argeriz	34.697,70 €	Em concurso
Construção ou beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais (EM 551 e CM 1119) - «Saída para o Crasto, Vales e Zebras»	91.047,27 €	Em concurso
Construção ou beneficiação de muros de vedação para abertura de estradas e caminhos municipais - (Veiga de Lila)	41.264,21 €	Em concurso
Construção do Parque de Estacionamento junto ao Hospital de Valpaços	128.771,33 €	A lançar brevemente
Requalificação e remodelação da Rua Padre Manuel Torrão Mesquita, em Valpaços	109.922,54 €	A lançar brevemente
Arruamentos em Vilartão	25.000,00 €	Em concurso
Arruamentos na freguesia de S. João da Corveira	90.000,00 €	Em concurso
Arruamentos em Valongo	20.000,00 €	A lançar brevemente
Arruamentos em Sadoncelho	25.000,00 €	A lançar brevemente
Arruamentos em Veiga de Lila	30.000,00 €	A lançar brevemente
Arruamentos em Alpande	20.000,00 €	A lançar brevemente
Arruamentos em Lamas	25.000,00 €	A lançar brevemente
Arruamentos na freguesia de Friões	131.158,91 €	A lançar brevemente
Saneamento em Vassal	220.000,00 €	A lançar brevemente
Beneficiação e requalificação da Rua Dª Amélia Castelo, até à Avª da Liberdade, em Vilarandelo	153.070,54 €	Em concurso

## 10 - Outros Assuntos

Efetuaram-se **89** largadas de Torymus no concelho, sendo financiadas pelo Município 39 e 50 pela ARATM. Entre 2018 e 2019 foram efetuadas quase 200 largadas do inseto parasita que combate a vespa, o que significa um investimento a rondar os 30 mil euros.

Hoje, na reunião dos Municípios aderentes ao Biovespa, no âmbito da candidatura ao PRODER 2020- Fatores Bióticos, foram efetuados os seguintes esclarecimentos:

Atendendo ao número de largadas de parasitóide efetuadas nos últimos anos pelo Município de Valpaços, a área a descoberto é residual, logo qualquer candidatura não teria qualquer viabilidade.

Se o Município de Valpaços mesmo assim apresenta-se uma candidatura para aquisição de parasitóide no concelho, iria impedir que os proprietários pudessem apresentar outras candidaturas na área dos combate às doenças do castanheiro, visto haver sobreposição dos polígonos de investimento.

Assim o Município de Valpaços irá divulgar uma nota informativa, alertando os produtores de castanha sobre a existência destas ajudas (combate à tinta e cancro), em que qualquer associação de agricultores poderá efetuar o projeto de investimentos, com acontece com os outros apoios comunitários.

A Brigada de Sapadores da CIM do Alto Tâmega, já realizou as faixas de gestão de combustível na ER 314, tendo executado 4,45ha. Iniciou hoje, novamente funções no concelho, encontrando-se a executar a EN213, troço Leirós-Valpaços. De referir que o trabalho desta brigada é efetuado semanalmente em cada concelho de forma rotativa.

Pelo 6.º ano consecutivo a Praia Fluvial do Rabaçal, recebeu o galardão da Quercus de Praia Qualidade de Ouro 2019, sendo a única do Distrito de Vila Real com tal distinção. No corrente ano, para receber a classificação, a água balnear da praia em análise tem de ter sido excelente nas últimas quatro épocas balneares de 2014 a 2017.

Numa anterior sessão desta Assembleia, foi abordado estado de conservação da Ponte do Arquinho, pelo que foi entregue no dia 28 de maio de 2018, um relatório onde identifica as anomalias da referida ponte. O Município iniciou durante o ano passado, obra de intervenção com vista ao restauro a ponte.

Dar nota da realização de mais uma edição da Feira do Cebolo em Vassal, uma iniciativa com sucesso crescente.

Dar conta da realização de III Edição da Feira da Cereja em Argeriz, que decorreu nos dias 8 e 9 de junho, também um sucesso de vendas.

Foi criada, através de protocolo, a Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega.

A empresa responsável pela instalação de painéis fotovoltaicos, viu-se obrigada a adiar o início dos trabalhos porque lhe foi pedido um estudo de monitorização do lobo.

É o que me cumpre informar.



## **2 – Apreciação do Relatório e Contas Consolidado do Município de Valpaços, do período de 2018.**

A Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas dos municípios. Estabelece o n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei, que devem ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º da Lei das Finanças Locais.

O n.º 2 do artigo 76º da referida Lei, estabelece que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal e submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7º, a EHATB, assume a natureza de empresa local, e como tal deve a mesma ser objeto de consolidação de contas.

Os documentos de prestação de contas consolidados constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa dos fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

O método adotado na consolidação de contas do município de Valpaços com a EHATB foi o método de equivalência patrimonial (MEP), dado que não é possível aplicar o método da simples agregação, aplicável quando, na ausência de participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante, nem o método da consolidação integral. Este último aplica-se

quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada, o que não é o caso.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais do município, já aprovadas nesta Assembleia em 29 de abril do corrente ano de 2019, que já se apresentam pelo MEP, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados e o mapa dos fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.

É o que me cumpre informar.

### **3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do regulamento de venda de lotes de terreno na zona industrial de Carrazedo de Montenegro**

A zona industrial de Carrazedo de Montenegro, e de acordo com o alvará de loteamento, é constituída por 32 lotes de terreno, numa área de 48,8 ha, possuindo boas acessibilidades, destinando-se à instalação de atividades industriais, de armazenagem e atividades comerciais.

O preço que o município praticará na venda desses lotes de terreno, será de 10 euros por metro quadrado.

À semelhança da zona industrial de Valpaços, o regulamento de venda de lotes na zona industrial de Carrazedo prevê o direito de reversão, ou seja, nas situações em que os adquirentes desses lotes de terreno não cumpram as normas que disciplinam a instalação das atividades que são permitidas pelo regulamento, nomeadamente:

- O projeto de construção deve ser apresentado na câmara municipal no prazo máximo de 180 dias após a outorga da escritura de venda;
- O prazo máximo de construção, incluindo eventuais prorrogações, é de 3 anos;
- A unidade industrial edificada deverá entrar em funcionamento no prazo máximo de 1 ano após a conclusão das obras.

Os que não cumprirem com estes requisitos, ver-se-ão obrigados a entregar ao município o lote de terreno, bem como todas as construções nele implantadas, sem direito a qualquer indemnização.

Fica igualmente vedada a transmissão do lote de terreno por parte de quem o adquire à câmara municipal, salvo se houver autorização expressa por parte da autarquia, não podendo o valor da transmissão ser diferente do valor de venda por parte da câmara, evitando-se assim eventual especulação imobiliária.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

#### **4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do processo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.**

No passado dia 28 de janeiro de 2019, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, e após publicação de 11 diplomas no âmbito da Lei-Quadro da transferência de competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) para as autarquias locais e entidades intermunicipais, e atendendo à necessidade de comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até ao término do mês de janeiro, sob pena de aceitarmos a totalidades das competências que foram regulamentadas através de Decreto-Lei, pronunciou-se esta Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, em aceitar 7 das 11 competências que estavam a ser propostas.

Em sessão ordinária realizada a 28 de fevereiro, pronunciou-se esta Assembleia Municipal pela não aceitação de duas novas competências:

- i) **Proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos;***
- ii) **Cultura.***

Para que o pacote da descentralização, para o ano 2019 fique completo, falta a decisão acerca de quatro diplomas setoriais; dois dos quais envolvem o maior pacote financeiro da descentralização: A saúde e a educação.

A proposta aqui em discussão, retrata quatro diplomas setoriais:

**4.1 - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Educação;**

**4.2 - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Saúde;**

**4.3 - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – Área setorial – Transporte em vias navegáveis interiores;**

**4.4 - Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Área setorial – Áreas portuárias.**

No tocante às áreas portuárias e ao transporte em vias navegáveis interiores, acabam por ser duas competências que o município não pode assumir, a não ser que nos seja imposto, atendendo a que não temos essas atividades no nosso território, pelo que aqui a nossa ponderação acabou por estar facilitada.

Relativamente às outras duas competências, saúde e educação, os fatores têm de ser devidamente ponderados, atendendo a que estamos a falar de importâncias que oneram significativamente o orçamento municipal.

### **Área da saúde**

O município não tem qualquer conhecimento/experiência no desenvolvimento desta competência; analisou os números que nos foram propostos pela tutela, e falou com quem de facto trabalha na área da saúde.

O pacote financeiro nesta área prevê a transferência da gestão dos centros de saúde, salvaguardando as atividades médicas, nomeadamente o pagamento aos assistentes operacionais, as rendas e custos de manutenção e conservação de imóveis, os serviços logísticos, tais como serviços de limpeza, fornecimento de gás, eletricidade e água, os combustíveis para as viaturas e suas manutenções, a manutenção dos sistemas de aquecimento e arrefecimento, e as comunicações.

Se na parte dos imóveis houve a preocupação de financiar, ainda que de forma deficiente, as despesas com a sua manutenção, nos outros equipamentos, tais como viaturas, computadores, fotocopiadoras, mobiliário, aparelhos de ar condicionado, que se degradam com o passar dos tempos, vulga depreciação contabilística, nada é dito no pacote financeiro da descentralização.

Questionada a tutela acerca desta situação, vem esta responder, via email datado de 29 de março, dizendo em síntese o seguinte:

«Quanto às legítimas preocupações manifestadas junto do Governo nesta fase inicial do processo, designadamente no que respeita às matérias financeiras, contratuais e documentais, salienta-se a operabilidade de alguns mecanismos contidos no Decreto-Lei n.º 23/2019, entre os quais:

- A comissão municipal de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências ora transferido (cfr. artigo 10.º);
- O conselho municipal de saúde e o alargamento das competências do conselho de comunidade (cfr. artigos 7.º a 9.º);
- A possibilidade de posterior revisão, em caso de necessidade fundamentada, dos montantes transferidos (cfr. n.º 4 do artigo 25.º);

- A formalização da transferência através de auto onde serão devidamente identificados os recursos humanos, patrimoniais e financeiros associados ao desempenho das competências transferidas para os municípios (cfr. artigo 20.º).»

Em que ficamos, na possível revisão dos montantes! Para que valores? Em que moldes? Aceitem a competência que depois revemos os montantes.

O pacote financeiro da descentralização afeta à área da saúde é de 251.613 euros, valor que consideramos que seja insuficiente para com a dignidade merecida, possamos conduzir com zelo os centros de saúde e postos médicos do nosso concelho, pelo que a nossa proposta vai no sentido de dizer não à descentralização desta competência.

### **Área da educação**

Nesta área setorial, pese embora o município possua alguma experiência na área educativa, nomeadamente no pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, o pacote financeiro que a Administração Central se propõe a transferir, e a necessidade de intervenção em algum património edificado afeto a esta área setorial, assim como a extemporaneidade no lançamento dos procedimentos concursais respeitantes à aquisição de géneros alimentícios (refeitórios e bufetes), tornam a aceitação desta competência inviável para o ano 2019.

O pacote financeiro que a Administração Central se propõe afetar à descentralização desta competência cifra-se em 1.794.962,47 euros, o que já inclui as verbas que o município hoje já recebe no âmbito do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Dá análise que fizemos, concluímos o seguinte:

- O número de trabalhadores do agrupamento de escolas de Valpaços cifra-se em 91 trabalhadores;
- Do total de trabalhadores do quadro de pessoal do agrupamento de escolas, 3 estão em situação de mobilidade, 1 aguarda aposentação e outro por uma junta médica;
- O número de trabalhadores no ativo fixa-se em 86 trabalhadores;
- O rácio de trabalhadores (Em conformidade com a Portaria n.º 272-A) para o agrupamento de escolas de Valpaços, é de 67 trabalhadores; estão lá 86;
- Ao nível dos gastos, notamos o seguinte:

- Despesas com o pessoal – 1.115.232,50 euros;
- Aquisição de bens e serviços – 468.137,17 euros;
- Total de gastos incorridos – 1.583.369,67 euros.

O pacote financeiro da descentralização, discrimina-se da seguinte forma:

- Recursos para pagamento de pessoal – 1.227.454,56 euros;
- Recursos para pagamento de aquisição de bens e serviços – 351.368,74 euros;
- Total de recursos a arrecadar – 1.578.823,30 euros.

– Em conformidade com os gastos estimados e os recursos a arrecadar, o prejuízo apurado cifra-se em 4.546,37 euros.

– No mesmo pacote de descentralização pretende o governo incluir as verbas que o município hoje recebe, a saber:

- Contratualização de 8 auxiliares de ação educativa – 81.213,51 euros;
- Refeições escolares (1º ciclo) – 15.525,64 euros;
- AEC's – 119.400,02 euros.

– O total do envelope financeiro (o que inclui as verbas que o município já recebe) perfaz então o valor de 1.794.962,47 euros.

Porém, há alguns aspetos que poderão originar uma distorção ao orçamento municipal, que se relaciona com o apetrechamento e manutenção dos edifícios escolares.

O pacote de descentralização contempla 60.000 euros/ano para instalações e equipamentos de três edifícios escolares: Escola secundária de Valpaços, escola José dos Anjos em Carracedo e Escola Júlio do Carvalhal, em Valpaços.

Todavia há vários aspetos que nos preocupam, nomeadamente:

- Equipamento informático – O agrupamento não possui equipamento informático suficiente para equipar as salas onde é administrada a disciplina de TIC (questionada a DGEST através de email enviado a 21/09/2018 pelo agrupamento de escolas de Valpaços, veio a responder em 16/10/2018 dizendo que não dispunha de verbas para dar satisfação ao pedido formulado);

Escola Júlio do Carvalhal:

- Remoção do amianto de todos os edifícios;

- Climatização do bloco antigo (Pré-fabricado);
- Remodelação do Pavilhão desportivo.

Em Carrazedo:

- Pavilhão desportivo - Substituição do pavimento e instalações sanitárias.

Em Vilarandelo:

- Temos a questão do amianto e a remodelação do pavilhão desportivo.

Todas estas intervenções custam naturalmente muito dinheiro, e não vimos no pacote financeiro da descentralização verbas que nos permitam executar estas obras.

Por as condições não estarem totalmente clarificadas, entendemos não aceitar a descentralização da competência no âmbito da educação.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

**Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Doutor Eugénio Borges.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Relativamente á delegação de competências, ora em discussão, o Senhor Dr. Eugénio Borges lembrou que a sua posição de princípio é a mesma que manifestou na sessão desta Assembleia de janeiro passado. Considera-se defensor do princípio da subsidiariedade e da descentralização, porém a forma como tem sido conduzido este processo não merece a sua aprovação, lembrando que não estão garantidos dois conceitos importantes: igualdade e equidade.

**Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Doutora Ema Gonçalves.**

A Senhora Deputada começou por confessar algum incómodo relativamente ao assunto em apreço. Lembrou que não abdica de pensar pela sua cabeça, estando assim, em desacordo com o seu próprio partido nesta matéria da atribuição de competências às autarquias locais. Considera que este processo trás constrangimentos financeiros, na medida que afeta negativamente os orçamentos dos municípios, principalmente os de menor dimensão, e trás também

constrangimentos ideológicos, porque acredita num estado forte na Segurança Social, Saúde e Educação, setores em que não concorda de todo que sejam descentralizados. Assim, com este modelo de descentralização estas três áreas fundamentais num estado de direito vão ser tratadas de forma discricionária. Porém, aceita a atribuição de competências no que diz respeito à gestão do património e outros recursos com a devida compensação financeira.

Mais, considera que se o estado central quer descentralizar que descentralize os seus serviços, dando como exemplo alguns organismos da alçada do Ministério da Educação, que tão bem conhece.

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhor Engenheiro Luís Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta, mostrou-se preocupado, afirmando que o pacote financeiro que acompanha este modelo de atribuição de competências é escasso, temendo que os recursos sejam aplicados nestas novas competências o que levará a um estrangulamento financeiro das juntas de freguesia. Considera que estas atribuições serão temporárias, prevendo que os Municípios farão uma reestruturação destes serviços, consequentemente dotá-los de maior eficiência e eficácia para depois chamá-los a si novamente.

**Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.**

O Senhor Vítor Nogaró, começou por felicitar os três intervenientes anteriores, nomeadamente o Senhora Doutora Ema Gonçalo e o Senhor Doutor Eugénio Borges, pela coerência quem têm mantido relativamente a este assunto.

Considera que cada vez que o estado atribui competências às autarquias, estas “*ficam sempre a perder*”. Mais, acha inaceitável que o estado se demita das suas responsabilidades em áreas fundamentais como a Saúde, Educação e Segurança Social, permitindo, assim, um tratamento discricionário conforme os Municípios em questão.

Por último, insurgiu-se contra aqueles que apregoam a coesão territorial e depois fazem exatamente o contrário, exemplificando com os apoios que a administração central tem dado ao setor dos transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ao invés, aqui no concelho, são suprimidas as carreiras expresso, o único meio de transporte para muita pessoas se deslocarem aos hospitais do Porto.



## **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara**

**Resposta aos Deputados Municipais, Senhor Doutor Eugénio Borges, Senhora Doutora Ema Gonçalo, Senhor Vítor Nogaró e ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhor Engenheiro Luís Pessoa.**

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que a atribuição de competências na área da educação será novamente discutida na próxima sessão da Assembleia para deliberação referente ao próximo ano letivo 2020/21, e caso a competência não seja aceite, então, a partir de janeiro de 2021, esta atribuição será imposta.

Informou que recebeu por correio eletrónico, da Senhora Secretária Adjunta e da Educação, um comunicado para a constituição de uma comissão de estudo com vista à implantação do modelo de atribuição de competências na área da educação. Assim, o Senhor Presidente da Câmara, considera desajustada e inútil a constituição de uma comissão de estudo quando a decisão já está tomada, ou seja, primeiro decide-se e depois discute-se.

Insurgiu-se contra as políticas do Governo que deixam ao abandono as populações do interior obrigando os Municípios a intervir, nomeadamente nas escolas e unidades de saúde.

Mais, mostrou-se indignado com o programa “Regressar” implementado pelo atual governo que prevê a atribuição de 6.500,00€ àqueles emigrantes que queiram regressar. Questionou: *“E aqueles que ficaram cá a dar o seu contributo para a economia do nosso país suportando a maior carga fiscal de sempre em Portugal?”*.

Em seguida, deixou um alerta aos Senhores Presidentes de Junta que até ao fim do presente mês de junho, devem reunir as respetivas Assembleias de Freguesia para deliberar sobre a não aceitação de competências.

Por último, desejou a todos umas boas férias.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação as propostas apresentadas, ponto por ponto, pela Câmara Municipal.

Ponto 4.1 - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Educação, **APROVADO POR UNANIMIDADE;**

Ponto 4.2 - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Área setorial – Saúde, **APROVADO POR UNANIMIDADE;**

Ponto 4.3 - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – Área setorial – Transporte em vias navegáveis interiores, **APROVADO POR UNANIMIDADE**;

Ponto 4.4 - Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Área setorial – Áreas portuárias, **APROVADO POR UNANIMIDADE**

Sendo dezanove horas e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

**O Presidente da Assembleia Municipal**

---

António Sernache de Sousa

**O 1º Secretário**

---

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

**O 2º Secretário**

---

António Queirós Simões